

Crime e castigo

A comissão parlamentar de inquérito mista que investiga os descaminhos da votação do orçamento da União no Congresso Nacional, pela extensão das irregularidades já levantadas, ganhou espaços extraordinários perante a opinião pública. Os trabalhos até aqui realizados confirmam de forma crescente as dimensões do processo de corrupção, envolvendo parlamentares de vários partidos. Segundo o senador José Paulo Bisol, coordenador da Subcomissão de Patrimônio como órgão auxiliar da CPI, as estimativas de envolvimento podem alcançar até cem congressistas. A sequência das apurações segue um calendário de audiências, onde novos fatos e novas denúncias demonstram que as investigações deverão continuar em ritmo de normalidade, conforme uma agenda de depoimentos baseada na firme determinação de levar à saturação o levantamento das irregularidades, com a consequente sanção legal a todos aqueles que forem considerados culpados de atos desabonadores.

A dramática confissão dos assassinos da mulher do autor das denúncias e a imputação de mandante do crime que vincula o ex-assessor do Senado Federal e ex-diretor da Secretaria de Orçamento da União, José Carlos dos Santos, como mentor da selvagem execução, sem dúvida alguma têm um impacto de grande força desestabilizadora no funcionamento da CPI. A monstruosidade e a frieza da participação de José Carlos na morte violenta de sua mulher, no entanto, não retiram dos fatos, por ele levados ao conhecimento da investigação parlamentar, a gravidade dos atos ilícitos na manipulação da lei de meios, tanto em sua votação quanto em sua execução. Para encobrir o gesto tresloucado do assassinio da esposa, o economista se valeu do conhecimento direto que possuía do comportamento amoral de membros da Comissão de Orçamento. Tudo no propósito de dar suporte às suas alegações, conferindo foros de verdade à sua versão sobre o sequestro da esposa. Os desdo-

bramentos diversificados na apuração dos fatos, tanto no nível legislativo, quanto no policial, ao desvendarem o assassinato, demonstram que a farsa montada necessariamente deveria ser preservada por uma antecipação onde a denúncia dos corruptos em graus elevados dar-lhe-ia a indispensável complementação para um álibi derrubado pelos fatos.

Muito embora as duas mais destacadas lideranças que atuam na CPI, o presidente Jarbas Passarinho e o relator Roberto Magalhães, reconheçam o surgimento de dificuldades no prosseguimento dos trabalhos, não hesitam eles em assegurar a continuidade das ações da CPI, mantidos os objetivos superiores de apuração em profundidade na extensão compatível com a categoria dos ilícitos ora investigados.

A comissão parlamentar de inquérito, na sua expressão coletiva de órgão colegiado, em conjunto com as subcomissões de apoio técnico, tem a nítida consciência da importância institucional das conclusões a que chegar. Em uníssono, a Nação, por seus segmentos mais expressivos e as suas lideranças mais responsáveis, reclama firmeza absoluta nas investigações e uma completa varredura dos peculatórios que, numa ação, por igual criminosa, foram denunciados por um outro criminoso. O ato criminoso não tem escala de grandeza, mas, sim, de conceituação jurídica. Culposos e doloosos distinguem os seus autores e as práticas delinquentes. Se crimes houve, o castigo é uma consequência em conformidade com as penas da lei e da condenação pública.

No momento em que os episódios ganham uma explosiva ressonância, o Brasil se coloca em inquietante expectativa. Está em jogo a credibilidade do Poder Legislativo, com o povo no aguardo de uma tomada de posição de transparência inquestionável e que demonstre, sem qualquer sombra de dúvida, estar a instituição muito acima dos anões que pretenderam aviltá-la.